



INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A MEDIAÇÃO ESCOLAR: O PERFIL E A FORMAÇÃO DOS PROFISISONAIS DE APOIO QUE ATUAM NA REDE MUNICIPAL DE JACOBINA-BA

Ideilton Alves Freire Leal¹
Tayná de Santana Leal Freire²
André Ricardo Lucas Vieira³

RESUMO

O presente trabalho apresenta pesquisa desenvolvida na rede municipal de educação de Jacobina, Bahia no semiárido baiano, tem como objetivo descrever e analisar o perfil e a formação dos mediadores escolar que atuam na rede municipal de Jacobina, verificando também os desafios encontrados em sua pratica enquanto profissional da educação. Na tentativa de alcançar o objetivo, adotamos a abordagem qualitativa de investigação, utilizado como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionário, obtendo a adesão de vinte mediadores que atuam em diferentes escolas dentro do município. Os resultados deste trabalho apontam para a necessidade de formação dos mediadores que atuam na rede, tanto de uma formação inicial comprometida com a inclusão educacional, como também da oferta de formação em serviço. Além disso mostra a necessidade de um trabalho articulado com toda comunidade escolar e a construção de um espaço de escuta pedagógica e socialização de práticas e experiências dos mediadores com a finalidade de dialogar e traçar estratégias de aprendizagem para a inclusão de todos os alunos no espaço escolar.

Palavras-chaves: Mediação, Inclusão educacional, Formação.

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Ao longo dos últimos trintas anos, tem-se intensificado os estudos e abordagens sobre a inclusão educacional de pessoas com deficiência, isso se dá a partir dos marcos mundiais da educação inclusiva que começaram a surgir a partir dos anos de 1990 tendo como destaque a conferência mundial sobre educação para todos, organizado pela UNESCO, UNICEF e o PNUD, em Tailândia, e a conferência mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, no qual foi produzido a Declaração de Salamanca em 1994, tornando-se uma dos maiores documentos de referência em defesa da educação inclusiva mundial.

Com isso, [...] o princípio da inclusão passa então a ser defendido como uma proposta da aplicação prática ao campo da educação [...] (MENDES, 2006, p, 395), em vários países,

¹ Graduado pelo Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia - BA, ideiltonalvesfreireleal@gmail.com

² Graduada pelo Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade do Estado da Bahia - BA, taynal1leal@gmail.com

³ Professor orientador: Doutorando em Educação - Universidade Federal de Sergipe - SE, sistlin@uol.com.br



inclusive no Brasil, no qual se comprometeu a reformar o sistema educacional com o compromisso de promover uma educação para todos. Nesse sentido, a partir da publicação da LDB nº 9394/96 a educação brasileira “passa a se constituir numa educação única, regular. A educação especial deixa de ser considerada uma educação à parte, diferenciada da educação regular, para tornar-se uma modalidade da educação [...]” (MATTOS, 2017, p.38).

Assim, novas demandas foram postas a escola, que passou a produzir mudanças na estrutura pedagógica e curricular para que todos os alunos tenham acesso. Além disso, começou a discutir e promover reflexões em torno da formação docente, que por muito tempo deixou de abordar sobre a escolarização de pessoas com deficiência e promover uma formação comprometida com a diversidade. Dentre as mudanças no espaço escolar, surge a figura do profissional de apoio da educação inclusiva, conhecido também como mediador escolar, cuidador, facilitador escolar e várias outras nomenclaturas que surgiram em torno desse novo profissional, com o objetivo de dar suporte ao aluno com deficiência e o professor na classe de aula comum.

Em vista disso, surge a necessidade de pesquisar e conhecer sobre esse novo sujeito que tem como base a sua atuação a inclusão educacional. Portanto, a presente pesquisa refere-se ao estudo realizado com os profissionais de apoio que atuam como mediador na rede municipal de ensino de Jacobina, no semiárido baiano, com o objetivo de descrever e analisar o perfil e a formação desses profissionais. Os principais aspectos que nos motivou a desenvolvê-la surge através de nossa experiência como mediador e dos relatos de vários colegas que já atuaram e relataram inúmeros desafios que encontravam em sua atuação junto aos professores regentes, que iam desde a adequação curricular, falta de diálogo com o professor da sala de aula, até sua formação para subsidiar no processo de inclusão.

Com isso, na tentativa de alcançar os objetivos, adotamos a abordagem qualitativa de investigação, utilizado como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionário, obtendo a adesão de vinte medaidores que atuam em diferentes escolas dentro do município.

NOVO ATOR EM CENA: O MEDIADOR ESCOLAR

É evidente os avanços nas discussões e nas produções científicas acerca da educação inclusiva nas últimas décadas, o que conseqüentemente proporcionou desdobramentos no campo jurídico em nossa legislação. (MATTOS, 2017). Essa evolução na contemporaneidade, vem tomando forma no sentido de equiparar circunstâncias históricas de produção de exclusão



dentro e fora da escola que por muito tempo se caracterizou por práticas legítimas educacionais de uma ordem social presente em que a escolarização era marcada como um privilégio de grupos, legitimado através dos sistemas normativos vigentes.

Crochík (2012, p.40) aponta, segundo dados do INEP 2010 que, [...] “a maioria dos alunos considerados como portadores de necessidades educacionais especiais está matriculada no ensino público”, com isso, as atuais propostas educacionais têm se valido de uma preocupação maior com o processo de inclusão educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais, apresentando alternativas curriculares e propostas didáticas-pedagógicas que assegurem a inclusão no ambiente escolar.

Nesse sentido, as mobilizações, a formulação de políticas públicas é de grande relevância para a implantação de ações de caráter político, cultural, social e pedagógico que viabilize a universalização do acesso à escola pública de qualidade e que esteja apta a incluir todos os alunos nas ações educativas independentemente das suas diferenças.

No Brasil, é perceptível esse movimento na legislação e em algumas políticas públicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º. 9.394/96); O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE / CEB, 2001), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) dentre outras importantes medidas quem vem sendo adotadas para a efetivação de uma Educação para Todos.

No entanto, mesmo com a promulgação de leis e o surgimento de políticas públicas no âmbito educacional no Brasil, Pimentel (2012, p. 139), constata, “que os professores da escola básica se consideram despreparados para o trabalho com estudantes com deficiência, mantendo, desta forma, uma organização curricular rígida e práticas avaliativas homogêneas”.

Diz ainda que,

A ausência de conhecimento do professor sobre as peculiaridades das deficiências, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão (PIMENTEL, 2012, p. 139).

Desta maneira, surgiu a figura do mediador, que também é conhecido no Brasil como “facilitador escolar, tutor escolar, assistente educacional” (MOUSINHO et al, 2010, p.93). A necessidade desse novo profissional no ambiente escolar, surgiu como um objetivo, auxiliar o professor de sala de aula comum contribuindo para inclusão dos alunos com necessidade



educacionais especiais, proporcionado um ambiente que favoreça autonomia, participação, interação e a comunicação no ambiente escolar e na vida enquanto sujeito social.

Glat e Pletsch (2011) destacam as principais funções dos mediadores, facilitadores ou estagiários que atuam no apoio individualizado aos estudantes com deficiência ou com outras necessidades educacionais especiais.

O mediador ou facilitador de aprendizagem, por sua vez, é um elemento (pode ser um estagiário) de apoio ao professor da turma comum em que haja algum aluno especial incluído que necessite de atendimento mais individualizado. Sua principal função é dar suporte pedagógico às atividades do cotidiano escolar – sem, com isso, substituir o papel do professor regente. O mediador acompanha o dia a dia do aluno, realizando, em concordância com a equipe escolar, as adaptações necessárias para o desenvolvimento de sua aprendizagem. No caso dos alunos com deficiências severas ou múltiplas, o mediador também auxilia nas atividades de vida diária e locomoção na escola (PLETSCH; GLAT, 2011, p. 24).

Nesse sentido, a função do mediador torna-se primordial para a efetivação do processo de inclusão no espaço escolar, sendo incorporando tanto na rede privada, quando na rede pública, apresentado-se de forma diferente entre esses dois espaços, sendo que na rede privada esse profissional tem sido remunerado pelos pais dos alunos, já na rede pública tem sido feita pelo poder público, que tem utilizado estudante de graduação para a realização deste trabalho tão importante que requer uma formação muitas das vezes específica.

Cunha et al. (2012, p. 05) traçando a realidade do Rio de Janeiro (RJ) diz que,

[...] o que vem acontecendo no município do Rio de Janeiro é a contratação de estudantes sem uma preparação adequada para ocupar uma função de tamanha importância como a mediação de alunos com deficiências incluídos em turmas comuns. [...] esses graduandos são contratados sem qualquer requisito, com a única condição de estarem matriculados em uma das universidades conveniadas com a prefeitura, públicas e particulares, e podendo estar inscrito em qualquer curso superior, independente do período.

No município de Jacobina, Bahia, o modelo adotado pela prefeitura segue os mesmos parâmetros, sendo contratados para o exercício dessa função, os estudantes dos cursos de licenciaturas das universidades conveniadas, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, campus IV e o Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI.

No ano de 2019 houve a regulamentação da profissão dos profissionais de apoio no município, através da Lei Municipal nº 1.542 de 20 de novembro de 2018 que cria os cargos públicos para profissionais de apoio escolar (mediador, interprete de libras, cuidador, tradutor de braille) e faz alterações nos planos de cargos e carreiras e remuneração dos profissionais da



educação básica do município de Jacobina, para acrescentar os cargos previstos. A lei traz algumas especificações ao exercício dessa função, como nos mostra o quadro 1.

Quadro 1 - Atribuições do profissional de apoio escolar no município de Jacobina – Bahia

Nomenclatura	Profissional de apoio escolar – mediador
Requisitos	Formação em nível médio modalidade normal, com curso de formação de apoio (voltado para o atendimento de pessoas com deficiência), com carga horária de no mínimo 80h, promovido por instituição credenciada pelo MEC, ou promovido por secretarias de Educação.
Carga horária	40h semanais
Atribuições	<ul style="list-style-type: none">• Participar em conjunto com educadores, da execução e da avaliação das atividades;• Acolher os alunos no horário de entrada e de entrega dos mesmos ao responsável no horário da saída;• Inteirar-se da proposta da rede municipal de educação de Jacobina;• Participar ativamente, no processo de adaptação dos alunos no ambiente escolar;• Conhecer o processo de desenvolvimento do aluno, mantendo-se atualizado, através de leitura, encontros pedagógicos, formação continuada em serviço, seminários e outras congêneres;• Auxiliar o educador quanto a observação de registro e avaliação do comportamento e do desenvolvimento do aluno;• Participar juntamente com o educador das reuniões com pais e responsáveis;• Estimular e orientar os alunos na aquisição de hábitos de higiene, alimentação e locomoção;• Acompanhar o recreio dirigido dos alunos;• Registrar no diário de classe, o desenvolvimento dos alunos com deficiência, a cada unidade, assim como participar de encontros que serão orientados pela equipe do setor de educação especial em horários alternados a serem definidos;• Atuar no ambiente escolar, dentro da sala e demais dependências da escola, e também nos passeios extras (fora da escola) que ocorrerem dentro do horário de mediação;• Ser assíduo e pontual, respeitando os horários, as regras e normas da instituição escolar onde faz mediação;• Prestar apoio aos professores em sala de aula com ajuda nas atividades e trabalhos de adaptação;• Adaptar as atividades de acordo com as necessidades individuais do estudante;• Apoiar individualmente e efetivamente, adotando ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social do educando de acordo com a meta de inclusão plena;

Fonte: Diário oficial do município de Jacobina, edição 36, 03 de abril de 2019.

Com isso, mesmo com a formalização das atribuições do mediador e os pré-requisitos para o exercício da função, ainda é exercida por estudantes de graduação, o que perpassa por vários desafios que vai desde a formação a sua atuação em sala de aula. Além disso, esses profissionais são contratados como estagiários, sem nenhum requisito para atuação em sala de aula juntamente com o professor regente, a única exigência é estar matriculado em alguns dos cursos de licenciatura, independentemente do período. Constatamos durante a pesquisa que,



dentre os vinte participantes, mais da metade ainda não realizaram o primeiro estágio obrigatório do curso, o que mostra que muitos ainda não tem experiência em sala de aula. Outro ponto significativo a ser destacado, se refere a organização e redistribuição dos mediadores na rede de ensino, que acontece no início do ano, no entanto, esse processo geralmente demora aproximadamente dois meses após o início das aulas, interferindo diretamente na organização pedagógica do professor e da rotina já estabelecida para o aluno com deficiência. Mousinho (2010, p. 95), afirma que,

A principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldades de interpretação e ação. Logo, o mediador pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola.

Com isso, podemos perceber que grande parte dos alunos que necessitam do profissional de apoio, tanto do mediador, cuidador, interprete de libras, tradutor de braille ficam desassistidos no início do ano letivo. Surgindo assim alguns questionamentos sobre a permanência dos alunos que necessitam de acompanhamento desses profissionais, quem ocupa a função do mediador nesse período de ausência? Quem auxilia o professor nas adaptações do material didático, avaliações para o aluno ter acesso ao currículo? Questões para futuras investigações.

PRESSUPOSTOS METODOLOGICOS

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 43) “A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada”. Nesse sentido, como base em inquietações de nossa própria atuação enquanto mediador escolar, procuramos analisar o perfil e a formação desses profissionais na rede municipal de jacobina. Tendo como colaboradores, vinte profisisonais que atuam em diferentes escolas no município.

Este estudo assumiu o caráter de pesquisa qualitativa, e teve como procedimento de coleta de dados um questionário com oito questões fechadas o que permitiu uma otimização do tempo para a coletada e tratamento doa dados, além de “atingir um maior número de pessoas simultaneamente” (LAKATOS E MARCONI, 2003, p. 166).

Para analisar os dados, construímos categorias de análise, divididos em dois grupos, no primeiro grupo, buscamos construir o perfil acadêmico dos sujeitos da pesquisa. No segundo



grupo remete aos desafios na atuação profissional dos mediadores para a efetivação de uma educação inclusiva.

DELINEANDO A REDE MUNICIPAL DE JACOBINA

Partindo do pressuposto que, “Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 45), realizamos uma apreciação das respostas obtidas no questionário aplicado com os mediadores que atuam na rede municipal de Jacobina, visando compreender o perfil e a formação desses sujeitos que atuam na mediação dos alunos com deficiência.

Nesse sentido, foi elaborado um questionário com oito perguntas, na qual dividimos em dois grupos de análise. No primeiro grupo, buscamos construir o perfil acadêmico dos sujeitos da pesquisa. No segundo grupo remete aos desafios encontrados por esses mediadores no ambiente escolar para a efetivação de uma educação inclusiva.

No primeiro grupo como já explicitado, perguntamos sobre os aspectos relativos à formação acadêmica dos sujeitos da pesquisa e registramos as informações no quadro abaixo.

Quadro 2 – Perfil acadêmico dos sujeitos da pesquisa

Cursos	Número de sujeito participantes por cursos	Ano de ingresso e quantitativo de participantes		Sujeitos que cursaram algum componente curricular relacionado a inclusão	Sujeitos que realizaram algum curso de extensão/formação/aproveitamento na área de educação inclusiva com ênfase em educação especial
		Ano	Quantitativo		
Licenciatura em Letras – língua Portuguesa e Literaturas	06	2017	2	2	Um participante realizou curso de extensão de 20h a 60h
		2018	1		
		2019	3		
Licenciatura em História	09	2013	1	1	Realizou curso de extensão de 20h a 60h
		2014	2	1	
		2015	1		
		2017	4	1	
		2018	1		
Licenciatura em Geografia	05	2016	2	1	Um participante realizou curso de extensão de 20h a 60h
		2017	2		Um participante realizou curso de extensão de 20h a 60h
		2019	1		

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)



Podemos observar que todos os vinte mediadores são dos cursos de Licenciatura em História, Letras – língua Portuguesa e Literaturas e Licenciatura em Geografia, sendo que, tivemos uma adesão maior dos estudantes do curso de História. Outro ponto significativo é que a maior parte dos participantes da pesquisa ingressou na Universidade entre 2017 e 2019 o que, conseqüentemente, ainda não realizaram os estágios supervisionados exigidos nos cursos de Licenciaturas, que se configura dentro do processo formativo como um espaço de vivência, experiência, alinhada à pesquisa e que contribui para compreender a escola em sua complexidade. Portanto, para os mediadores o primeiro contato com a sala de aula se dá através de sua prática de mediação para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.

Podemos perceber ainda que as respostas atribuída a questão dos cursos/formação/extensão e/ou aperfeiçoamento realizados pelos mediadores indicaram que apenas quatro dos vinte mediadores fizeram algum curso em educação inclusiva, com ênfase na perspectiva de inclusão de pessoas com deficiência, sendo dois do curso de Licenciatura em Geografia, um do curso de Licenciatura em História, e um do curso de Licenciatura em Letras com Português. Além disso, no que se refere a questão se já cursaram algum componente curricular na universidade relacionada a educação inclusiva com ênfase na educação especial, os dados evidenciam que dentre os vinte participantes, apenas seis cursaram algum componente, sendo dois no curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, três no curso de Licenciatura em História, e um do curso de Licenciatura em Geografia.

Sobre essa questão, Costa (2019) em sua pesquisa que objetivou analisar como a inclusão de pessoas com deficiência está sendo contemplada na formação inicial de professores nos cursos de licenciatura da UNEB, mais especificamente no Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Jacobina. Destacou que, ao mesmo tempo que os cursos de licenciaturas vêm impulsionado a presença das discussões referente a inclusão, a quantidade de componentes que ocupa-se em discutir sobre a temática é muito limitada e insuficiente e que em alguns cursos limitada a disciplina de LIBRAS.

Partindo dos pressupostos apresentados, podemos então nos questionar da seguinte forma: como esses mediadores que, como vimos anteriormente, a maioria não cursou ainda algum componente curricular relacionado a inclusão e nem mesmo o componente de estágio, além de não ter participado de alguma ação extensionista relacionado a inclusão, consegue ser um elemento de apoio entre o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, e o professor regente de uma determinada turma? Ou ainda,



como dizem Pletsch e Glat (2011) dar suporte pedagógico as atividades do cotidiano escolar e ser um auxiliar nas atividades de vida diária e na locomoção na escola?

Tais questões implicam no processo de efetivação da inclusão educacional, visto que o despreparo, ou a ausência de conhecimento e habilidades e a não reconhecimento das potencialidades nos alunos, público alvo da educação especial, agregado a questões relacionadas [...] “a não flexibilização do currículo podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas distanciadas das necessidades reais dos educandos e resistência com relação à inclusão” tanto do professor regente da sala de aula quando do mediador escolar que está junto ao aluno no processo (PIMENTEL, 2012, p. 139).

Nas questões do segundo grupo, perguntamos sobre a atuação do mediador no ambiente escolar. Para identificar melhor como acontece essa mediação, optamos por verificar se os mediadores conhecem a deficiência dos alunos que acompanham; o tempo que esses estudantes universitários atuam como mediador, além de procurar saber quais os desafios encontrados no espaço escolar para a efetivação de uma educação inclusiva.

Para facilitar a nossa análise sobre o conhecimento das deficiências dos alunos e o tempo que esses profissionais atuam, agrupamos os resultados em três categorias, sendo a categoria A: os profissionais que atuam de zero a seis meses, num quantitativo de treze participantes, nessa categoria seis sinalizaram que estão procurando conhecer a deficiência com as vivências diárias com os alunos, cinco conhecem pouco e dois conhecem bem a deficiência do seu aluno.

Na categoria B composta por sujeitos que atuam de sete a doze meses, encontramos seis participantes, sendo que, quatro conhecem pouco e dois estão procurando conhecer ao longo das vivências do cotidiano no espaço escolar. Na categoria C composta pelos sujeitos que atuam a mais de doze meses, com apenas um participante, sinalizou que está procurando conhecer com as vivências diárias.

Sobre os desafios encontrados por esses profissionais no ambiente escolar para a efetivação de uma educação inclusiva, atribuímos algumas opções de respostas para essa questão, como podemos verificar no quadro abaixo.

Quadro 3 - Desafios encontrados por mediadores no espaço escolar

Opção A	Adaptação curricular
Opção B	Despreparo dos professores no que diz respeito a atuação com alunos com deficiência
Opção C	Formação dos professores e mediadores escolar
Opção D	Falta de diálogo entre o professor regente, mediador e sala do Atendimento Educacional Especializado – AEE



Opção E	Todas as alternativas
----------------	-----------------------

Fonte: Elaborado pelos autores

Por considerar que existem muitos desafios no espaço escolar, foi permitido sinalizar mais de uma alternativa nessa questão. Sendo assim, dentre os vinte participantes da pesquisa onze sinalizaram a opção E, quatro sinalizaram a opção A, um participante sinalizou a opção B, três sinalizaram a opção D. Verificamos ainda que, quatro sinalizaram mais de uma alternativa, sendo que um sinaliza a opção B e C, dois as opções D e A, e um as opções A, B e D.

No que se refere a preparação dos profissionais de educação para atuar no processo de inclusão, Pimentel (2012) traz uma reflexão importante quando diz que: “A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos” (PIMENTEL, 2012, p. 140).

Reiteramos ainda que nem só o professor precisa desse preparo, mais toda a comunidade escolar que atendem os alunos público alvo da educação especial, para não gerarmos o que Pimentel (2012), chama de “o fenômeno de pseudoinclusão”, que nada mais é que a inserção do aluno na escola regular, sem lhe proporcionar a inclusão e o acesso ao currículo. Para a autora “estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo” (PIMENTEL, 2012, p. 140). É necessário a construção de um trabalho colaborativo em rede, de articulação de saberes, de dialogo entre professor regente, Coordenador Pedagógico, mediador e os professores do Atendimento Educacional Especializado, para que de fato seja efetivado no espaço escolar uma cultura inclusiva.

AINDA NÃO CONCUINDO, MAS...

Considerando o intuito inicial para a realização desta pesquisa que foi analisar e refletir acerca do papel e a formação dos mediadores para o desenvolvimento da educação inclusiva em Jacobiana, podemos constatar que a presença do mediador se constitui dentro do espaço escolar como crucial no processo de inclusão escolar de alunos público alvo da educação especial, no entanto, os dados coletados apontam para várias questões importantes que se esbarram para a efetivação do processo de inclusão, uma delas é a necessidade de formação dos mediadores que atuam na rede de ensino, tanto de uma formação inicial comprometida com a



inclusão educacional como também de formação em serviço, isso porque, fica evidente que muitos dos mediadores não conhecem a deficiência do aluno que atua, o que poderia lhe proporcionar uma atuação mais efetiva.

Nesse sentido, acreditamos que a articulação mais efetiva das universidades junto com a secretaria municipal de educação – SEMEC, poderia proporcionar aos mediadores uma formação de qualidade antes mesmo de iniciar o processo de mediação, oferecendo a oportunidade de se especializar para atuar em determinada deficiência ou transtorno, como também para o desenvolvimento de algumas habilidades que são necessárias para trabalhar com um aluno com deficiência, como por exemplo: “o reconhecimento das peculiaridades e diversidade do processo de aprendizagem; a percepção das potencialidades dos estudantes com deficiência de modo que possa planejar práticas pedagógicas que considerem as necessidades dos educandos, promovendo a adaptação do currículo escolar [...]” (PIMENTEL, 2012, p. 152).

Outra questão que emergiu foi a inexistência de um trabalho articulado e colaborativo no espaço escolar, no qual todos estejam envolvidos no processo de inclusão. A falta de diálogo dos profissionais (mediador escolar, professor de sala de aula comum, Coordenador pedagógico, professor que realiza o atendimento educacional especializado) contribui para a manutenção das fragilidades existente, levando ao distanciamento de práticas inclusivas. Acreditamos que o trabalho colaborativo entre todos os envolvidos no espaço escolar junto a família e outros profissionais que atendem os estudantes com deficiência como psicopedagogos, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, etc, contribuem efetivamente para o processo de inclusão, e permanência desses estudantes na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em <http://www.mec.gov.br/arquivos/pdf/pde/pdf>. Acesso em Agosto de 2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2010.

_____, Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. Disponível em <http://www.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica/pdf>. Acesso em Agosto de 2020.



CROCHÍK, J. L. **Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica.** In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012.

CUNHA, Nathália Moreira da et al. **O perfil e a formação do estagiário mediador para suporte da educação inclusiva.** In: Congresso Brasileiro De Educação Especial, 5. 2012, São Carlos. Anais... São Carlos: UFSCar, 2012.

COSTA, J. B. da. **A formação inicial de professores para inclusão educacional de pessoas com deficiência: estudo de caso no Departamento de Ciências Humanas (DCH - IV), UNEB.** 2019. 143f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

JACOBINA. **Lei nº 1.542 de 20 de novembro de 2018.** Cria cargos públicos para profissional de apoio escolar. Diário oficial do município de Jacobina, edição 36, 03 de abril de 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão educacional no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MATTO, N. M. **A política de educação especial na perspectiva da inclusão: ambiguidades conceituais e suas consequências para a efetivação de uma escola inclusiva:** Revista Psicologia, Diversidade e Saúde. 2017 Fev. 6(1):37-43.

MOUSINHO, Renata; SCHMID, Evelin; MESQUITA, Fernanda; PEREIRA, Juliana; MENDES, Luciana; SHOLL, Renata; NÓBREGA, Vanessa. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões.** Rev. Psicopedagogia, 27(82): 92-108. 2010.

PIMENTEL, S. C. “Formação de professores para a inclusão: saberes necessários”. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: EDUFBA, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.